



Simulado Especial

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Assistente Jurídico
Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Prefeitura de Florianópolis - SC**, cargo de **Assistente Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iYckhQd4b25pSqcA8>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/gTYT>

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO



1. A tirinha sugere que a tristeza pode ter um papel positivo porque

- a) impede que as pessoas convivam com seus sentimentos.
- b) provoca apenas sofrimento e isolamento.
- c) contribui para o amadurecimento emocional das pessoas.
- d) impede o crescimento pessoal dos indivíduos.
- e) substitui permanentemente os sentimentos de alegria.

2. A expressão “essa visita” refere-se

- a) à alegria.
- b) à infância.
- c) à tristeza.
- d) à amizade.
- e) à saudade.

3. A mensagem central da tirinha é que

- a) a tristeza deve ser evitada a qualquer custo.
- b) a alegria não depende de experiências difíceis.
- c) os sentimentos negativos devem ser ignorados.
- d) a tristeza pode ensinar algo, mas não deve permanecer por muito tempo.
- e) os sentimentos humanos não influenciam o crescimento pessoal.

4. No último quadrinho, ao dizer “Até a próxima!”, o personagem demonstra

- a) desejo de permanecer triste.
- b) ironia em relação à tristeza.
- c) aceitação de que a tristeza pode voltar no futuro.
- d) medo de enfrentar novos sentimentos.
- e) indiferença diante das emoções.

5. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) O diretor ontem à tarde reuniu, os servidores para discutir as novas medidas administrativas.
- b) O diretor, ontem à tarde reuniu os servidores para discutir as novas medidas administrativas.
- c) O diretor ontem à tarde, reuniu os servidores para discutir as novas medidas administrativas.
- d) O diretor, ontem à tarde, reuniu os servidores para discutir as novas medidas administrativas.
- e) O diretor, ontem à tarde reuniu, os servidores para discutir as novas medidas administrativas.

6. Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal e nominal.

- a) O diretor informou aos servidores sobre as novas normas que entrarão em vigor no próximo mês.
- b) Durante a reunião, o gerente preferiu mais a cautela do que a pressa na tomada de decisões.
- c) Os estudantes assistiram o seminário sobre saúde pública promovido pela universidade.
- d) O relatório faz referência aos dados apresentados na reunião realizada na semana passada.
- e) Chegamos no hospital por volta das oito horas da manhã para o início do plantão.

7. Assinale a frase correta quanto à acentuação gráfica, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Pesquisadores analisaram o comportamento de varias espécies marinhas ao longo das últimas décadas.
- b) O relatório aponta que o número de vitimas do fenômeno aumentou significativamente em regiões costeiras.
- c) O fenômeno climatico tem provocado alterações profundas no equilíbrio dos ecossistemas.
- d) A assembléia extraordinária discutiu estratégias para reduzir os impactos ambientais na região.
- e) Técnicos afirmaram que a destruição de habitats naturais contribui para a extinção de várias espécies raras.

8. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) – Maria, se tu quiser falar com o diretor, diga a ele que retornarei mais tarde.
- b) – Pedro, você trouxe os documentos que eu havia solicitado ontem?
- c) – Professor, gostaria de saber se o senhor pode explicar-nos novamente aquele conteúdo.
- d) – A funcionária conversou com o diretor, onde relatou as dificuldades enfrentadas no setor.
- e) – O gerente reuniu os funcionários cujo os relatórios estavam incompletos.

9. Considere a frase no contexto do texto:

“Depois escreveu a carta e enviou-a ao amigo para que ele soubesse da decisão.”

Assinale a alternativa correta em relação à frase.

- a) Apresenta dois artigos definidos.
- b) O termo “ao amigo” exerce a função de objeto indireto.
- c) O pronome “-a” exerce a função de sujeito do verbo “enviou”.
- d) O período é simples, pois apresenta apenas uma oração.
- e) O verbo “soubesse” está empregado no modo indicativo.

10. Assinale a frase que apresenta sentido conotativo.

- a) O vento forte derrubou várias árvores na estrada que liga as duas cidades.
- b) Os pesquisadores analisaram os dados coletados durante o experimento.
- c) Depois da notícia, seu coração virou um deserto silencioso.
- d) O técnico explicou detalhadamente o funcionamento do equipamento.
- e) O avião pousou no aeroporto às oito horas da manhã.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

11. No hospital **PAGUE PARA ENTRAR E REZE PARA SAIR**, verificou-se que 25% dos atendimentos realizados no mês de março foram classificados como de complexidade média. No mês seguinte, o número total de atendimentos aumentou em 20%, enquanto o número de atendimentos de complexidade média permaneceu constante. Nessas condições, o percentual de atendimentos de complexidade média no mês seguinte, no hospital **PAGUE PARA ENTRAR E REZE PARA SAIR** foi, aproximadamente, de:

- a) 19%
- b) 21%
- c) 26%
- d) 30%
- e) 32%

12. O engenheiro Lemon Swartz é responsável pela construção de uma mansão no bairro Paradise. Ele comanda um grupo de pedreiros que, segundo as estimativas, irá concluir a obra em 24 dias, trabalhando 8 horas por dia. Se Lemon resolver aumentar o número de pedreiros em 60% e diminuir a carga horária para 6 horas por dia, em quantos dias a mansão será concluída?

- a) 20
- b) 22
- c) 24
- d) 27
- e) 30

13. Considere as proposições:

p: "O cardápio foi entregue."

q: "A escolha do prato foi feita."

A proposição:

"É falso que o cardápio foi entregue e que a escolha do prato não foi feita."

é logicamente equivalente a:

- a) $\neg p \vee q$
- b) $p \vee \neg q$
- c) $\neg p \rightarrow q$
- d) $\neg p \rightarrow \neg q$
- e) $p \leftrightarrow q$

14. Em uma pequena disputa interclubes entre vários colégios, citaremos a performance de apenas três deles: Alfa Run, Beta Master e College Premium.

- Se Alfa Run vencer, então Beta Master não vence.
- Se Beta Master vencer, então College Premium vence.
- College Premium não venceu.

Conclui-se corretamente que:

- a) Alfa Run venceu.
- b) Beta Master venceu.
- c) Alfa Run não venceu.
- d) Beta Master não venceu.
- e) Alfa Run venceu e Beta Master não venceu.

15. Joana pega um empréstimo bancário no valor de R\$ 10.000,00 a juros simples, à taxa de 2% ao mês, durante 5 meses. Qual foi o montante final pago por Joana dessa aplicação?

- a) R\$ 10.800,00
- b) R\$ 10.900,00
- c) R\$ 11.000,00
- d) R\$ 11.200,00
- e) R\$ 11.500,00

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato da Costa*

16. No Microsoft Excel, um servidor de determinado órgão público elaborou um modelo de planilha com fórmulas, formatações e uma macro em VBA para automatizar o preenchimento mensal de relatórios. Ele deseja salvar esse arquivo de modo que possa ser reutilizado como modelo por outros usuários, preservando a macro para criação de novas planilhas baseadas nesse padrão.

Assinale a alternativa que apresenta a extensão de arquivo mais adequada para esse caso.

- a) .xlsx
- b) .xlsm
- c) .xltx
- d) .xltm
- e) .csv

17. No Microsoft Word, a guia Inserir reúne recursos destinados à inclusão de diferentes elementos no documento. Um usuário deseja enriquecer um relatório com recursos visuais e também criar remissões internas para itens já existentes no texto.

Com base nas funcionalidades dessa guia, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso WordArt é utilizado para inserir referências automáticas entre títulos, figuras, tabelas ou outros elementos já existentes no documento.
- b) O recurso Formas permite inserir objetos gráficos como setas, linhas, retângulos e chamadas, que podem ser usados para compor esquemas e destaques visuais no texto.
- c) O recurso Referência cruzada serve exclusivamente para aplicar efeitos decorativos ao texto, substituindo a funcionalidade do WordArt.
- d) O recurso SmartArt tem como finalidade principal desenhar formas livres manualmente, substituindo completamente a ferramenta Formas.

e) O recurso Formas é destinado apenas à criação de tabelas ilustrativas, não permitindo inserir elementos gráficos simples.

18. No Microsoft Excel, o correto emprego das funções depende não apenas da finalidade desejada, mas também da sintaxe adequada de cada fórmula. Em uma planilha de acompanhamento de desempenho, um usuário pretende realizar operações de soma, média, contagem condicional e identificação de valores.

Assinale a alternativa cuja fórmula apresenta sintaxe incorreta.

- a) =SOMA(A1:A10)
- b) =MÉDIA(B1:B5)
- c) =SE(C1>10;"Aprovado";"Reprovado")
- d) =MAIOR(D1:D8)
- e) =CONT.SE(E1:E20;">=50")

19. No navegador Google Chrome, os atalhos de teclado permitem ao usuário executar comandos de forma rápida, aumentando a produtividade durante a navegação. Entre esses atalhos, há um que modifica temporariamente a forma de exibição da janela do navegador, ocultando elementos da interface para ampliar a área útil de visualização da página.

Assinale a alternativa que indica corretamente a função da tecla F11 no Google Chrome.

- a) Atualizar a página atual, ignorando os arquivos armazenados em cache.
- b) Abrir a janela de impressão da página exibida.
- c) Ativar ou desativar o modo de tela cheia do navegador.
- d) Abrir uma nova guia em segundo plano.
- e) Exibir o gerenciador de downloads do navegador.

20. No Microsoft Windows, determinados atalhos de teclado permitem acesso rápido a ferramentas de administração e diagnóstico do sistema operacional. Um desses atalhos é especialmente útil quando o usuário precisa verificar processos em execução, identificar programas que não estão respondendo ou acompanhar o consumo de recursos do computador.

Assinale a alternativa que indica corretamente a função do atalho Ctrl + Shift + Esc.

- a) Abrir diretamente o Gerenciador de Tarefas.
- b) Bloquear imediatamente a sessão do usuário atual.
- c) Abrir a janela Executar para digitação de comandos do sistema.
- d) Encerrar automaticamente o programa ativo sem solicitar confirmação.
- e) Alternar entre as janelas abertas na área de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

21. O Estado de Santa Catarina editou a Lei nº A em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº B, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº A.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº B é inconstitucional.
- b) Lei nº A é inconstitucional.
- c) Lei nº A foi revogada pela Lei nº B.
- d) Lei nº A deve ter apenas sua aplicação suspensa.

e) Lei nº A deve continuar a ser aplicada no Estado de Santa Catarina.

22. Tibério é brasileiro naturalizado, mas entusiasta da cultura holandesa. Em determinada fase de sua vida, decidiu que iria tentar viver na Holanda, obtendo a respectiva nacionalidade. Decidiu, ainda, que iria se desprender do seu passado antes de iniciar a sua aventura, renunciando à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção da nacionalidade holandesa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) não é admitida a renúncia à nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.
- c) não pode ser acolhido o pedido de perda da nacionalidade na situação descrita, caso Tibério venha a formulá-lo.
- d) ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira, como efeito correlato da aquisição da nacionalidade holandesa.
- e) é possível que João renuncie à nacionalidade, o que será alcançado com a só manifestação de vontade perante o Ministério da Justiça.

23. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

24. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, Tibério, analisando a Constituição, chegou à seguinte conclusão correta referente aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) podem ter a natureza jurídica de normas supraleais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-

los com observância do processo legislativo ordinário.

- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

25. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.
- b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) O município de Florianópolis incidentalmente.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

26. Tibruço, analisando a Constituição Federal, viu que, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004 — a reforma do Judiciário —, instituiu-se o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional de Justiça. Lendo o texto, Tibruço ficou em dúvida e foi perguntar a um professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) o presidente do CNMP será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) não terá na composição do Conselho Nacional do Ministério Público membros do poder judiciário.

27. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar:

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

28. Entre os direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 (CF), inclui-se o direito que não nasceu com o texto da CF/88. Marque aquele direito social que é fruto do poder constituinte derivado.

- a) educação.
- b) moradia.
- c) trabalho.
- d) lazer.
- e) previdência social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

29. Tendo como base a Lei que trata da Improbidade Administrativa, o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de:

- a) 30 dias úteis.
- b) 120 dias corridos.
- c) 365 dias corridos.
- d) 100 dias corridos.
- e) 120 dias úteis.

30. Qual a responsabilidade do estado por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude:

- a) Responde subsidiariamente pelos danos.
- b) Responde de forma solidária.
- c) O estado não possui responsabilidade nessas situações.
- d) A responsabilidade só será admitida se a banca do concurso for do próprio estado.
- e) Responsabilidade integral.

31. Sobre os serviços públicos, trata-se de uma característica da concessão comum:

- a) Admite licitação na modalidade pregão.
- b) Seu prazo de duração é indeterminado.
- c) Admite licitação na modalidade concurso.
- d) Admite licitação na modalidade diálogo competitivo.
- e) A pessoa jurídica que vencer o processo licitatório, não precisará assumir riscos.

32. Os recursos administrativos decorrem do exercício do poder:

- a) Administrativo.
- b) Hierárquico.
- c) Discricionário.
- d) Vinculado.
- e) Normativo.

33. De acordo com a teoria dos motivos determinantes:

- a) a validade do ato está além dos motivos indicados como seu fundamento, de maneira que, se os motivos forem inexistentes ou falsos, o ato será nulo.
- b) os motivos precisam ser sempre determinados na solicitação.
- c) a validade do ato está além dos motivos indicados como seu fundamento, de maneira que, se os motivos forem inexistentes ou falsos, o ato não será nulo.
- d) a validade do ato não está adstrita aos motivos indicados como seu fundamento, de maneira que, se os motivos forem inexistentes ou falsos, o ato não será nulo.
- e) a validade do ato está adstrita aos motivos indicados como seu fundamento, de maneira que, se os motivos forem inexistentes ou falsos, o ato será nulo.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Fabiano Pereira

34. Acerca das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) O pregão é modalidade de licitação utilizada para contratação de bens e serviços especiais, podendo adotar como critério de julgamento o de técnica e preço.
- b) O leilão é modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo vencedor aquele que oferecer o maior lance.
- c) O concurso é modalidade de licitação utilizada para contratação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será obrigatoriamente o de menor preço.
- d) A concorrência é modalidade de licitação restrita à contratação de obras e serviços de engenharia, sendo vedada sua utilização para contratação de bens ou serviços especiais.
- e) O diálogo competitivo é modalidade de licitação em que os licitantes apresentam propostas iniciais e definitivas simultaneamente, sem interação prévia com a Administração Pública.

35. No que se refere à fase preparatória do processo licitatório disciplinado pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) A fase preparatória do processo licitatório restringe-se à definição da modalidade de licitação, não abrangendo aspectos relacionados à execução contratual ou à gestão de riscos.
- b) A fase preparatória do processo licitatório deve ser compatibilizada com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, quando houver plano elaborado, além de contemplar análises técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.
- c) A análise dos riscos relacionados à contratação deve ocorrer exclusivamente após a celebração do contrato administrativo, sendo dispensável na etapa de planejamento da licitação.
- d) A justificativa das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira pode ser dispensada pela Administração, por se tratar de matéria discricionária do gestor público.
- e) A definição do regime de fornecimento de bens ou de prestação de serviços ocorre apenas após a fase de julgamento das propostas, não integrando a fase preparatória do processo licitatório.

36. Considerando os critérios de julgamento previstos na Lei nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e os contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- a) O critério de julgamento por maior desconto considera como referência o preço global fixado no edital de licitação, sendo o desconto aplicado também aos eventuais termos aditivos do contrato.
- b) O julgamento por menor preço considera exclusivamente o valor inicial da proposta apresentada pelos licitantes, sendo vedada a análise de custos indiretos relacionados ao ciclo de vida do objeto licitado.
- c) O critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico exige a análise simultânea de

aspectos técnicos e do preço apresentado pelos licitantes.

- d) O critério de julgamento por maior lance pode ser aplicado em qualquer modalidade de licitação destinada à contratação de bens e serviços pela Administração Pública.
- e) A Lei nº 14.133/2021 estabelece apenas quatro critérios de julgamento das propostas: menor preço, técnica e preço, maior lance e maior retorno econômico.

37. À luz das infrações administrativas e das sanções aplicáveis aos licitantes e contratados previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não constitui sanção administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021, sendo aplicável apenas a suspensão temporária de participação em licitação.
- b) A inexecução parcial do contrato configura infração administrativa independentemente da existência de dano relevante à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) A aplicação de sanções administrativas deve considerar, entre outros fatores, a eventual implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.
- d) Após a aplicação de sanção administrativa, os órgãos públicos possuem prazo máximo de trinta dias úteis para registrar a penalidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- e) A reabilitação do licitante ou contratado punido com declaração de inidoneidade poderá ocorrer após o transcurso mínimo de um ano da aplicação da penalidade.

38. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta** a respeito da modalidade de licitação denominada diálogo competitivo.

- a) O diálogo competitivo é modalidade de licitação destinada exclusivamente à contratação de obras públicas, sendo vedada sua utilização para aquisições ou contratações de serviços.
- b) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração deverá estabelecer prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação, contado da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial.
- c) A modalidade diálogo competitivo pode ser utilizada sempre que a Administração desejar ampliar a concorrência entre licitantes, independentemente da complexidade do objeto da contratação.
- d) No diálogo competitivo, somente poderão participar da fase de diálogo os licitantes previamente convidados pela Administração Pública, sendo vedada a participação de interessados que não tenham sido previamente indicados.
- e) O diálogo competitivo é modalidade de licitação utilizada exclusivamente quando as especificações técnicas do objeto puderem ser definidas com precisão pela Administração.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

39. Segundo a Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225, caput).

Esse trecho da Carta Magna consagra o seguinte Princípio do Direito Ambiental brasileiro:

- a) Prevenção.
- b) Precaução.
- c) Poluidor-pagador.
- d) Solidariedade diacrônica.
- e) Vedação ao retrocesso.

40. Considere que um empreendedor deseja instalar uma indústria de pequeno porte no município de Florianópolis (SC), em área que está dentro do Parque Estadual do Rio Vermelho. Nesse caso, o licenciamento ambiental do empreendimento compete a qual(is) órgão(s)?

- a) Ao órgão ambiental municipal, por se tratar de empreendimento de pequeno porte.
- b) Ao órgão ambiental estadual, por estar localizado em parque estadual.
- c) Ao órgão ambiental federal, por estar localizado em unidade de conservação que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual é instituído por lei federal (Lei nº 9.985/2000).
- d) Ao órgão ambiental municipal em conjunto com o órgão ambiental estadual, pelo interesse comum.
- e) Ao órgão ambiental estadual em conjunto com o órgão ambiental federal, pelo interesse comum.

41. Sobre a responsabilidade ambiental e a legislação básica correlata (Lei nº 9.605/1998 e Decreto nº 6.514/2008), assinale a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- b) A sanção de advertência pode ser aplicada para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, isto é, aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.
- c) A pessoa jurídica deverá ser sempre desconsiderada quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) Uma das penas restritivas de direitos da pessoa jurídica é a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, a qual não poderá exceder o prazo de dez anos.
- e) A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, mas a celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem dessa multa.

42. Dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), existe um órgão responsável por propor obras, serviços, projetos e atividades para a lista de empreendimentos estratégicos, para fins de licenciamento ambiental. Trata-se do:

- a) Órgão Superior – Conselho de Governo.
- b) Órgão Consultivo e Deliberativo – Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).
- c) Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- d) Órgão Executor – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- e) Órgão Executor – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

43. Em relação à teoria geral dos contratos, é correto afirmar:

- a) A liberdade contratual é absoluta, não sofrendo qualquer limitação decorrente da função social do contrato.
- b) O contrato faz lei entre as partes, não podendo ser revisto judicialmente em nenhuma hipótese.
- c) A função social do contrato impõe limites ao exercício da autonomia privada.
- d) A validade do contrato independe de agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.
- e) A boa-fé objetiva aplica-se apenas à fase de execução do contrato.

44. Quanto aos atos ilícitos e à responsabilidade civil, é correto afirmar

- a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, causar dano exclusivamente moral não pratica ato ilícito indenizável.
- b) O abuso de direito não configura ato ilícito.
- c) A responsabilidade civil exige sempre a comprovação de dolo do agente.
- d) A obrigação de reparar o dano independe de culpa apenas nos casos expressamente previstos em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida implicar risco.
- e) Não há responsabilidade civil por ato praticado em legítima defesa, mesmo quando houver excesso na conduta.

45. Em matéria de prescrição e decadência, é correto afirmar:

- a) A prescrição extingue o direito material, enquanto a decadência atinge apenas a pretensão.
- b) A decadência admite, como regra, interrupção e suspensão nos mesmos termos da prescrição.
- c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.
- d) Os prazos prescricionais podem ser livremente alterados pelas partes, ainda que contrarie disposição legal.
- e) A decadência legal não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

46. Sobre direitos de propriedade, posse e uso, é correto afirmar:

- a) A propriedade confere ao titular apenas o direito de usar e gozar da coisa, excluindo-se a possibilidade de disposição.
- b) A posse direta exclui necessariamente a posse indireta.
- c) O possuidor de má-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- d) O direito de propriedade é absoluto e ilimitado, não sofrendo restrições de ordem legal ou social.
- e) O proprietário pode ser privado da coisa nos casos de desapropriação, observados os requisitos legais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

47. De acordo com o Código de Processo Civil, a tutela

- a) provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- b) de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) de urgência não admite justificação prévia.
- d) provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- e) provisória não conservará, como regra, a eficácia durante o período de suspensão do processo.

48. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- b) O despacho da petição inicial torna prevento o juízo.
- c) O ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- d) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada em incidente apartado.
- e) Reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

49. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) O Município gozará de prazo em dobro para contestar e quádruplo para recorrer.
- b) A contagem do prazo processual para o Município terá início a partir da publicação da decisão no diário eletrônico.
- c) O membro da Advocacia Pública não poderá ser responsabilizado no exercício de suas funções
- d) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o município.
- e) A intimação pessoal do município far-se-á mediante diligência do oficial de justiça.

50. De acordo com o Código de Processo Civil, o prazo para a fazenda pública impugnar cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa é de

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 5 dias.
- e) 10 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL*Rafael Henze*

51. Com base nas recentes atualizações das normas gerais de Direito Tributário acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), analise as afirmações abaixo e julgue-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, sendo este definido legalmente como o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado em uma transação à vista, sob condições normais de mercado.
- () Para a estimativa do valor de mercado do imóvel, o Fisco Municipal está autorizado a utilizar critérios técnicos que incluam a análise de preços praticados no mercado imobiliário e informações fornecidas por agentes financeiros.
- () A legislação nacional faculta ao Município a adoção do valor venal fixado para fins de IPTU como base de cálculo automática do ITBI, dispensando a análise de características específicas como tipologia e padrão de construção.
- () Na ausência de dados de mercado, a autoridade fiscal pode estimar o valor venal considerando parâmetros técnicos como a localização, destinação e área do terreno, além de informações oriundas dos serviços notariais e registrais.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses é:

- a) V – V – F – V
- b) V – F – V – F
- c) F – V – F – V
- d) V – V – V – F
- e) F – F – V – V

52. Com o objetivo de modernizar a fiscalização e combater a sonegação fiscal nas transações imobiliárias, a legislação nacional que regulamentou a Reforma Tributária estabeleceu novos deveres para os agentes que atuam no sistema notarial e de registro. Nesse contexto, um tabelião de notas lavrou uma escritura de permuta de imóveis urbanos sem exigir a comprovação do recolhimento do imposto municipal, sob a justificativa de que a base de cálculo informada pelas partes estava abaixo do valor de referência da prefeitura.

Considerando as normas de responsabilidade e as inovações da reforma sobre o compartilhamento de informações, é correto afirmar que:

- a) Os tabeliães não possuem qualquer responsabilidade tributária, uma vez que o sujeito passivo do ITBI é exclusivamente o adquirente do imóvel.
- b) Os cartórios de registro de imóveis e notas agora possuem o dever legal de compartilhar informações sobre operações imobiliárias com as administrações tributárias municipais, sob pena de sanções.
- c) A responsabilidade dos serventuários da justiça é restrita aos impostos estaduais, não alcançando tributos de competência municipal como o ITBI.
- d) O compartilhamento de informações entre cartórios e o fisco depende de prévia autorização judicial para não violar o sigilo de dados dos contribuintes.
- e) A fiscalização do recolhimento do tributo no ato da lavratura da escritura é facultativa, cabendo ao município realizar o lançamento de ofício posteriormente.

53. Carlos adquiriu um apartamento no Município "Alfa" por R\$ 450.000,00, valor este condizente com as condições reais do mercado imobiliário local. Ao declarar a transação para fins de ITBI, o fisco municipal rejeitou o valor informado, efetuando o lançamento com base em um "Valor Venal de Referência" previamente estabelecido em tabela interna da Secretaria de Fazenda, que fixava o imóvel em R\$ 600.000,00. O Município alegou que o valor do IPTU do imóvel também servia de piso para o cálculo do ITBI.

De acordo com a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores (Tema Repetitivo 1113 do STJ), a conduta do Município é:

- a) Correta, pois o valor venal para fins de IPTU deve ser obrigatoriamente utilizado como base de cálculo mínima para o ITBI.
- b) Incorreta, pois a base de cálculo do ITBI é o valor da transação em condições normais de mercado, o qual goza de presunção de veracidade e não pode ser afastado por tabelas unilaterais sem processo administrativo prévio.
- c) Correta, uma vez que o lançamento do ITBI é obrigatoriamente de ofício, cabendo à prefeitura arbitrar o valor com base em sua Planta Genérica de Valores.
- d) Incorreta, pois o ITBI deve ser calculado sempre sobre o valor venal do IPTU, independentemente do valor real da venda.
- e) Correta, desde que o valor de referência tenha sido atualizado por decreto dentro do índice de correção monetária.

54. Determinado Município, buscando aumentar a eficiência na segurança pública e na preservação de seus parques e praças, editou lei instituindo a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). Além do financiamento das luminárias das vias públicas, a lei destinou parte da arrecadação para a instalação e manutenção de modernos sistemas de câmeras de monitoramento e sensores de segurança nos logradouros municipais.

À luz das alterações promovidas pela Reforma Tributária no texto constitucional, essa nova finalidade da contribuição é:

- a) Inconstitucional, pois a COSIP deve se limitar exclusivamente ao custeio da energia elétrica consumida pelos postes de luz.
- b) Constitucional, pois a Reforma Tributária expandiu o escopo da COSIP, permitindo seu uso para o custeio, expansão e melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- c) Inconstitucional, visto que serviços de segurança pública devem ser remunerados obrigatoriamente por taxas, dada a sua especificidade e divisibilidade.
- d) Constitucional, mas a cobrança dos custos de monitoramento não pode ser realizada de forma conjunta na fatura de energia elétrica.
- e) Inconstitucional, pois a criação de sistemas de monitoramento por câmeras configura serviço uti singuli, exigindo o pagamento de preço público pelos beneficiários diretos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL*Rodrigo Bet*

55. No âmbito da Administração Pública, convênios e contratos administrativos constituem instrumentos jurídicos amplamente utilizados. Considerando as características desses instrumentos, analise as afirmativas a seguir:

I – Os contratos administrativos envolvem interesses públicos e são celebrados pela Administração com o objetivo de atender a finalidades de interesse público.

II – Os convênios administrativos caracterizam-se pela existência de interesses contrapostos entre as partes, com finalidade lucrativa.

III – Os contratos administrativos, em regra, possuem cláusulas previamente estabelecidas pela Administração, sendo frequentemente classificados como contratos de adesão.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

56. O ato de delegar competências a um servidor público subordinado no âmbito da Administração Pública municipal constitui manifestação do poder administrativo:

- a) Poder de polícia.
- b) Poder hierárquico.
- c) Poder disciplinar.
- d) Poder regulamentar.
- e) Poder vinculado.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE*Rodrigo Bet*

57. De acordo a Lei de Acesso à Informação, as informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de:

- a) 5 anos.
- b) 15 anos.
- c) 25 anos.
- d) 10 anos.
- e) 100 anos.

58. De acordo a Lei de Acesso à Informação, é competente para classificar uma informação como ultrassecreta:

- a) Titulares de autarquias.
- b) Autoridades que exerçam funções de direção.
- c) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes.
- d) Presidente do Senado.
- e) Ministro do STF.

**ESTATUTO DOS SERVIDORES DE
FLORIANÓPOLIS (LEI COMPLEMENTAR Nº
063/2003 E ALTERAÇÕES)***Emerson Bruno*

59. O regime jurídico dos servidores públicos estabelece regras sobre as formas de provimento de cargos públicos, bem como a nomeação e as etapas necessárias para que o servidor passe a exercer regularmente suas funções. À luz dessas disposições, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) O provimento de cargo público ocorre exclusivamente com a posse do servidor regularmente nomeado.
- b) A nomeação para cargo público somente pode ocorrer em caráter efetivo, sendo vedada a nomeação precária.
- c) O provimento de cargo público decorre da nomeação e completa-se com a posse e o exercício.
- d) A nomeação para cargos em comissão deve ocorrer obrigatoriamente em caráter efetivo.
- e) A recondução e a promoção não são consideradas formas de provimento de cargo público.

60. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis, a estabilidade confere ao servidor público efetivo garantias quanto à permanência no cargo, ao mesmo tempo em que a legislação estabelece hipóteses específicas de perda do cargo e condições para a aquisição dessa estabilidade. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor público estável somente poderá perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- b) A perda do cargo do servidor estável pode ocorrer mediante processo administrativo, desde que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- c) A aquisição da estabilidade ocorre automaticamente após a posse no cargo público efetivo.
- d) A avaliação periódica de desempenho pode resultar na perda do cargo do servidor estável independentemente de contraditório e ampla defesa.
- e) A avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade pode ser realizada individualmente pela chefia imediata, dispensando a atuação de comissão específica.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
